

Prefeitura Municipal de Seara

Concurso Público – 001/2025

CADERNO DE PROVA - B

Organizadora:



ADVOGADO

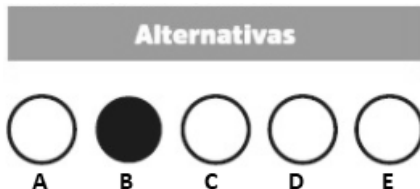
LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES:

- Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do Concurso Público:
 - a) Qualquer espécie de consulta bibliográfica, utilização de livros, manuais ou anotações;
 - b) Comunicação entre candidatos;
 - c) Uso de máquina calculadora;
 - d) Uso de relógio de qualquer tipo;
 - e) Agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, MP3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor;
 - f) Uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares;
 - g) Perturbar de qualquer modo a execução dos trabalhos;

- Todas as respostas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o Cartão Resposta;

- Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, ementa ou rasura;

- O gabarito da letra escolhida deve ser pintado de forma a completar todo o círculo. Exemplo:



- Para a realização da Prova Escrita, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tubo transparente nas cores azul ou preta;
- Não é permitido ao candidato a permanência no local de prova como também de utilizar os banheiros após a realização da prova, na entrega do caderno de provas e gabarito, o candidato deverá retirar-se do local;

- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Prova e o Cartão Resposta devidamente preenchido e assinado;
- A Prova escrita terá duração 03h00min (três horas), incluindo o tempo para preenchimento do cartão resposta. A duração mínima para realização da prova é de 01 (uma) hora.
- A Prova será composta por 40 questões de múltipla escolha, sendo cada questão composta de 05 alternativas (a, b, c, d, e), possuindo somente uma alternativa correta;
- Verifique se o Caderno de Provas está completo, sem falhas de impressão e se a quantidade de questões está correta;
- Você deverá transcrever as respostas das questões para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção das provas.
- O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato e não será substituído em caso de erro do candidato.

BOA PROVA!

Questão 01

A regência verbal representa um dos pontos mais complexos da norma culta, visto que diversos verbos apresentam alterações de complemento conforme o sentido empregado.

Considerando as regras de regência verbal da norma-padrão, assinale a alternativa em que o verbo visar está empregado corretamente, respeitando a regência correspondente ao sentido apresentado.

- (A) A pesquisadora visou ao publicar um artigo ampliar os debates na área.
- (B) O arqueiro visou ao alvo com firmeza, acertando-o em cheio.
- (C) O gerente visava o mais alto cargo da companhia desde jovem.
- (D) O estudante visava alcançar melhores resultados por meio de disciplina.
- (E) A secretária visou ao passaporte, carimbando-o em seguida.

Questão 02

A colocação pronominal é um dos tópicos mais delicados da gramática normativa da língua portuguesa. Leia com atenção as afirmativas abaixo:

I. Ninguém me explicou o motivo daquela decisão repentina.

II. Ontem disseram-me que a reunião havia sido cancelada.

III. Quando te encontrei, percebi que não estavas bem.

IV. Os alunos que me auxiliaram foram devidamente reconhecidos.

Análise as afirmativas acima e identifique em quais delas o emprego da próclise está correto:

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e III.

Questão 03

A concordância nominal apresenta regras específicas que muitas vezes geram dúvidas, sobretudo quando há construções que envolvem substantivos compostos, adjetivos antepostos ou palavras que assumem valor variável ou invariável. Considerando as regras de concordância nominal na norma culta da língua portuguesa, assinale a alternativa em que o emprego está inteiramente correto, sem ferir nenhuma das normas descritas.

- (A) Eles fizeram o máximo possíveis.

- (B) As velhas tradição e costumes permanecem vivos naquela comunidade.
- (C) O documento e a carta oficial foram anexo ao processo.
- (D) As alunas se sentiram meio envergonhadas diante da situação constrangedora.
- (E) As propostas seguem anexo, conforme solicitado pela diretoria.

Questão 04

A transformação da voz ativa em voz passiva pode assumir duas formas: a voz passiva analítica, e a voz passiva sintética. Correlacione corretamente os exemplos da Coluna 01 com o tipo de voz passiva apresentado na Coluna 02:

Coluna 01

(___) O contrato foi assinado pelos diretores da empresa.

(___) Vendem-se casas novas em bairro nobre da cidade.

(___) As cartas foram entregues pelo correio no prazo.

(___) Publicou-se recentemente um importante estudo científico.

(___) A lei foi aprovada pelos deputados após intenso debate.

Coluna 02

I. Voz Passiva Sintética.

II. Voz Passiva Analítica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) II – II – I – I – II.
- (B) I – II – I – II – I.
- (C) II – I – I – II – II.
- (D) I – I – II – II – I.
- (E) II – I – II – I – II.

Questão 05

Considerando o estudo das figuras de linguagem, analise o excerto abaixo, que apresenta um fenômeno de sinestesia:

"A música doce acariciava seus ouvidos, envolvendo-a numa atmosfera quente de lembranças."

A partir da análise do excerto apresentado, assinale a alternativa em que há outro caso de sinestesia.

- (A) As mãos calejadas revelavam anos de trabalho duro.
- (B) As palavras de seu discurso cortavam como lâminas.
- (C) Seu sorriso era um sol radiante que iluminava o ambiente.
- (D) O vento sussurrava segredos nas frestas da janela.
- (E) Aquela voz grave e aveludada trazia paz ao coração.

Raciocínio Lógico

Questão 06

Uma empresa de limpeza precisa higienizar 12 andares de um prédio, utilizando 3 funcionários trabalhando 5 horas por dia e concluindo o serviço em 8 dias.

Para outro prédio, com 27 andares, a empresa disponibilizou 6 funcionários trabalhando 9 horas por dia. Mantendo o mesmo ritmo de trabalho, em quantos dias será finalizado o serviço no segundo prédio?

- (A) Em 5 dias.
- (B) Em 7 dias.
- (C) Em 4 dias.
- (D) Em 6 dias.
- (E) Em 8 dias.

Questão 07

Um pecuarista fez um reservatório retangular com 2,5 m de comprimento, 1,2 m de largura e 0,8 m de profundidade, para seu gado beber água. Com essas medidas, qual será o volume (V) de água usado para encher completamente esse reservatório?

- (A) $V = 2.400$ litros.
- (B) $V = 2.000$ litros.
- (C) $V = 3.000$ litros.
- (D) $V = 2.980$ litros.
- (E) $V = 2.615$ litros.

Questão 08

Jéssica fez um concurso cuja prova envolvia três tipos de conhecimentos, com os seguintes pesos:

Conhecimentos Específicos: peso 5;

Conhecimentos de Tecnologia: peso 3;

Conhecimentos Gerais: 2.

Se as notas de Jéssica foram 7,8, 8,5 e 9,2, respectivamente, qual foi a sua média?

- (A) A média de Jéssica foi 9,51.
- (B) A média de Jéssica foi 6,18.
- (C) A média de Jéssica foi 9,32.
- (D) A média de Jéssica foi 8,29.
- (E) A média de Jéssica foi 7,43.

Questão 09

Um confeitiro tem 462 cupcakes e 770 brigadeiros e quer montar kits iguais com o máximo de itens em cada kit, sendo que cada kit deve conter a mesma quantidade de cupcakes e a mesma quantidade de brigadeiros, sem sobrar. Qual é o maior número de kits que ele consegue fazer?

- (A) 14 kits.

- (B) 154 kits.
- (C) 93 kits.
- (D) 77 kits.
- (E) 462 kits.

Questão 10

Em um campeonato gamer, os organizadores têm 8 opções de jogos, entre os quais devem escolher 3 aleatoriamente para compor a primeira etapa da competição. De quantas formas diferentes esses 3 jogos podem ser escolhidos?

- (A) De 64 formas diferentes.
- (B) De 120 formas diferentes.
- (C) De 32 formas diferentes.
- (D) De 56 formas diferentes.
- (E) De 48 formas diferentes.

Conhecimentos Gerais

Questão 11

O município de Seara/SC recebeu seu nome em 1944 como homenagem a um engenheiro responsável por demarcações de terras, e teve seu primeiro prefeito eleito por voto popular em 1954. Quem foi esse engenheiro e quem foi o primeiro prefeito eleito?

- (A) Antônio Zanuzzo e Carlos Otaviano Seara.
- (B) Biágio Aurélio Paludo e Dogello Goss.
- (C) Carlos Otaviano Seara e Biágio Aurélio Paludo.
- (D) Carlos Otaviano Seara e Dogello Goss.
- (E) Dogello Goss e Antônio Zanuzzo.

Questão 12

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios significativos em diversas áreas, incluindo meio ambiente, economia e infraestrutura. Um dos temas atuais que ganhou destaque nacional é o aumento de políticas voltadas à energia renovável, com incentivo à geração de energia solar e eólica, visando reduzir a emissão de gases de efeito estufa e fortalecer a matriz energética do país.

Qual é o principal objetivo das políticas recentes de incentivo à energia renovável no Brasil?

- (A) Incentivar exclusivamente a energia nuclear.
- (B) Reduzir a emissão de gases de efeito estufa e fortalecer a matriz energética.
- (C) Substituir totalmente a produção de energia hidrelétrica.
- (D) Aumentar a exploração de petróleo e gás natural.
- (E) Aumentar o consumo de carvão mineral na indústria.

Questão 13

A colonização portuguesa no Brasil envolveu diferentes

aspectos políticos, sociais e econômicos, que marcaram a formação da sociedade colonial. Sobre esse processo, analise as assertivas a seguir:

I.A divisão do território em Capitânias Hereditárias garantiu pleno sucesso no povoamento, sem necessidade de outras medidas administrativas.

II.O ciclo do açúcar impulsionou o tráfico transatlântico de escravizados africanos, consolidando a economia colonial voltada para o mercado europeu.

III.Os aldeamentos jesuítas tinham como finalidade catequizar indígenas, mas também atuaram como centros de organização econômica e de defesa contra ataques.

IV.O sistema colonial português foi marcado pelo pacto colonial, que determinava a exclusividade do comércio entre Brasil e Portugal.

V.As missões jesuíticas no Sul enfrentaram resistência de bandeirantes paulistas, interessados em capturar indígenas para o trabalho escravizado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, IV e V apenas.
- (B) I, II e III apenas.
- (C) III e V apenas.
- (D) II, III, IV e V apenas.
- (E) II e IV apenas.

Questão 14

A Guerra do Contestado (1912–1916) foi um dos maiores conflitos sociais do Brasil na Primeira República, envolvendo camponeses, posseiros, jagunços e forças do governo. Esse movimento teve como principal causa:

- (A) A disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, agravada pela construção da estrada de ferro e pela expulsão de sertanejos de suas terras.
- (B) O conflito entre imigrantes europeus e indígenas Kaingang pela posse da terra.
- (C) A resistência dos colonos contra a cobrança de impostos municipais considerados abusivos.
- (D) A reação da população contra a instalação de missões religiosas católicas na região.
- (E) A oposição das comunidades locais à abolição da escravidão e à inserção de mão de obra assalariada.

Questão 15

O município de Seara/SC, localizado no Oeste de Santa Catarina, apresenta características físicas e populacionais que refletem tanto sua formação histórica quanto suas condições naturais. Considerando os aspectos de relevo, hidrografia, vegetação, clima e população, classifique as assertivas a seguir em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

()O relevo de Seara é acidentado, composto por vales profundos e encostas íngremes, típico da região Oeste catarinense.

()O Rio Jacutinga atravessa o município, integrando a bacia hidrográfica do Rio Uruguai.

()A vegetação original do município corresponde à Floresta Ombrófila Densa, predominante no litoral do estado.

()O clima é subtropical úmido, caracterizado por verões quentes e invernos mais amenos.

()A maior parte da população reside na área urbana, especialmente concentrada na sede municipal.

A sequência correta é:

- (A) F, V, F, V, F.
- (B) F, V, V, F, V.
- (C) V, V, F, V, V.
- (D) V, F, F, V, V.
- (E) F, F, V, V, V.

Informática

Questão 16

Em uma situação em que o usuário percebe lentidão mesmo após formatação, qual componente é mais determinante para influenciar a velocidade de acesso aos dados?

- (A) Placa de vídeo.
- (B) Fonte de alimentação.
- (C) Drive de DVD.
- (D) SSD ou HD.
- (E) Ventoinha de resfriamento.

Questão 17

Durante o acesso à internet, um navegador alerta sobre certificado SSL inválido em um site. O que esse aviso representa e qual deve ser a postura correta do usuário nesse cenário?

- (A) O acesso está bloqueado por conta de firewall.
- (B) O site está seguro, mas o navegador não reconhece o idioma.
- (C) O computador precisa de atualização de antivírus.
- (D) O certificado de segurança é inválido; não é seguro inserir dados pessoais.
- (E) A conexão é mais rápida, mas sem criptografia.

Questão 18

No Excel, um gestor deseja calcular a média de notas em uma planilha, mas ignorando células em branco. Qual função deve ser utilizada e como ela difere da função MÉDIA?

- (A) MÉDIAA – ignora células em branco.
- (B) CONT.NÚM – considera somente números.
- (C) MÍNIMO – retorna o menor valor.
- (D) SOMA – soma apenas valores numéricos.

(E) CONT.VALORES – conta todas as células.

Questão 19

Em um documento corporativo, o recurso "Controlar Alterações" foi ativado. Qual é a principal finalidade desse recurso e em qual situação prática ele se torna essencial?

- (A) Permitir edição livre sem registro de histórico.
- (B) Impedir a exclusão de qualquer conteúdo.
- (C) Gravar alterações de layout para recuperação automática.
- (D) Registrar e exibir mudanças feitas no documento.
- (E) Aplicar assinatura digital automaticamente.

Questão 20

Na escolha entre impressora a laser e jato de tinta, um escritório que imprime grande volume mensal em preto e branco deve optar por qual tecnologia e por qual justificativa técnica?

- (A) Laser – indicada apenas para uso doméstico.
- (B) Jato de tinta – cartuchos mais baratos individualmente.
- (C) Jato de tinta – maior fidelidade de cores.
- (D) Laser – maior velocidade e menor custo por página.
- (E) Jato de tinta – maior durabilidade mecânica.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

Um investidor protocolou, junto à Prefeitura de Seara, um requerimento solicitando a autorização para instalação de uma indústria química de médio porte em um terreno localizado em área urbana. A Secretaria Municipal de Planejamento, ao realizar a análise prévia, identificou que o lote pretendido se encontra em zona definida pelo Plano Diretor como "Zona de Uso Predominantemente Residencial", o que exclui, segundo as diretrizes do zoneamento, atividades industriais de impacto potencial.

O Prefeito consultou o Procurador Jurídico do Município quanto à viabilidade legal da instalação da indústria no local, tendo em vista o interesse econômico envolvido e a promessa de geração de empregos.

Com base nas normas de zoneamento e no princípio da função social da cidade, o advogado deve opinar que:

- (A) O pedido deve ser aceito se houver compensação ambiental.
- (B) O Plano Diretor pode ser ignorado se houver interesse público.
- (C) A instalação depende de audiência pública apenas.
- (D) A instalação é válida com alvará da Secretaria de Obras.
- (E) A atividade industrial é incompatível com a zona residencial e deve ser indeferida.

Questão 22

Após um período de fortes chuvas que atingiram a região de Seara, uma das principais pontes do município desabou, interrompendo o tráfego local e isolando comunidades rurais que dependem da via para acesso a serviços essenciais. Diante da gravidade da situação, o Prefeito convoca o Advogado Público para avaliar a legalidade da contratação imediata de uma empresa para reconstrução da ponte, sem realizar processo licitatório formal, alegando a urgência de restabelecer a segurança e mobilidade da população.

Com base na Lei nº 14.133/2021, a contratação direta será:

- (A) Obrigatória a licitação, salvo se o valor for inferior a R\$ 100 mil.
- (B) Permitida, mas exige autorização legislativa.
- (C) Legal, se for por inexigibilidade em razão da urgência.
- (D) Illegal, pois toda contratação exige processo licitatório prévio.
- (E) Legal, apenas se for por dispensa de licitação motivada e com situação de emergência.

Questão 23

Durante a análise técnica de um pedido de aprovação de projeto de loteamento urbano no Município de Seara, a Procuradoria Jurídica foi acionada após a equipe da Secretaria de Planejamento constatar que o imóvel objeto do projeto possui débitos de IPTU vencidos e não quitados. O empreendedor, alegando urgência na viabilização econômica do empreendimento, requereu a continuidade da tramitação do processo de aprovação urbanística, comprometendo-se informalmente a regularizar os débitos após a liberação dos lotes.

Considerando o disposto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 25/2006), é correto afirmar que:

- (A) A dívida ativa não impede a aprovação, pois não possui efeito suspensivo.
- (B) A aprovação é possível mediante declaração de intenção de pagamento registrada em cartório.
- (C) O projeto pode ser aprovado, desde que a dívida seja parcelada em até 60 meses.
- (D) A aprovação só poderá ocorrer se houver quitação integral dos débitos ou caução válida e sem ônus.
- (E) É vedada qualquer exigência de regularidade tributária no processo de parcelamento do solo.

Questão 24

Em uma manhã chuvosa, um ônibus pertencente à frota da Secretaria Municipal de Educação de Seara, utilizado no transporte escolar diário de alunos da rede pública, se envolveu em um acidente enquanto trafegava por uma estrada vicinal. A perícia técnica identificou que a causa do acidente foi uma falha grave no sistema de freios, caracterizando negligência na manutenção preventiva do

veículo. Uma das crianças passageiras sofreu ferimentos e os pais ajuizaram ação indenizatória contra o Município, alegando falha na prestação do serviço público.

Nessa situação, de acordo com a sistemática da responsabilidade civil do Estado prevista no Art. 37, §6º, da Constituição Federal, e com base na jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, é correto afirmar que o Município:

- (A) Responde solidariamente com os pais.
- (B) Apenas o mecânico particular pode ser responsabilizado.
- (C) Deve apurar a culpa do motorista para se defender.
- (D) Não tem responsabilidade, pois não houve dolo.
- (E) Responde objetivamente pelos danos causados.

Questão 25

Na realização da atividade de análise jurídica do edital de um processo seletivo simplificado promovido pela Prefeitura de Seara para contratação temporária de servidores, o Procurador Jurídico observou a presença de uma cláusula que atribuía pontuação adicional a candidatos nascidos no município, como critério de desempate ou classificação. Ao investigar, verificou que não havia Lei municipal autorizando tal critério, tampouco qualquer justificativa técnica relacionada às atribuições do cargo que exigisse vínculo local.

Diante da ausência de respaldo legal e do dever de controle da legalidade do certame, o Procurador foi consultado para manifestar-se sobre a constitucionalidade da cláusula de bonificação por local de nascimento.

Com base na Constituição Federal, essa cláusula é:

- (A) Inconstitucional, pois fere o princípio da isonomia.
- (B) Constitucional, pois prestigia os filhos da terra.
- (C) Constitucional, se for prevista no edital apenas.
- (D) Constitucional, se houver previsão em Lei Municipal.
- (E) Válida apenas para cargos comissionados.

Questão 26

Cláudia é servidora pública efetiva da Secretaria de Educação de Seara e foi escolhida em convenção partidária como candidata ao cargo de vereadora nas próximas eleições municipais. No mesmo período, João, que ocupa cargo comissionado de confiança na Secretaria de Saúde, também decidiu disputar o pleito. Diante da situação, ambos procuraram a Procuradoria Jurídica do Município buscando orientação formal sobre seus direitos quanto ao afastamento legal de suas funções durante o período eleitoral, inclusive sobre eventuais efeitos remuneratórios.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 18/2003 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), é correto orientar que:

- (A) João poderá permanecer no cargo comissionado até o dia da eleição, desde que não faça campanha no horário de expediente.
- (B) Ambos terão direito à licença com remuneração desde o registro da candidatura, independentemente do vínculo com o Município.
- (C) Cláudia terá direito à licença sem remuneração após a convenção e com remuneração a partir do registro da candidatura; João deverá ser exonerado.
- (D) Cláudia poderá se licenciar com remuneração desde a escolha em convenção partidária, e João também, por isonomia.
- (E) João poderá tirar licença remunerada, mas Cláudia deverá continuar trabalhando até a homologação do registro.

Questão 27

Durante o acompanhamento processual no sistema eletrônico do Tribunal de Justiça, o Advogado Público de Seara identifica que o Município foi condenado ao pagamento de indenização por suposta ocupação irregular de imóvel urbano. Ao analisar os autos da ação de desapropriação indireta, percebe que, embora o ente público tenha sido indicado como réu na petição inicial, não foi promovida a devida citação pessoal do Procurador Municipal e nenhuma intimação oficial ocorreu ao longo do processo, restando apenas menção nominal à Fazenda Pública.

Surpreso com a sentença condenatória proferida, o advogado municipal se vê diante da necessidade de adotar medida processual urgente para proteger os interesses do Município, sob risco de execução imediata da condenação sem que tenha havido exercício do contraditório e da ampla defesa.

Qual é o vício processual e qual providência deve ser adotada?

- (A) Regularidade do processo; o réu pode contestar na fase de execução.
- (B) Ausência de fundamentação da sentença; interpor agravo de instrumento.
- (C) Nulidade por ausência de citação válida; cabimento de apelação com preliminar de nulidade.
- (D) Não há vício, pois a Fazenda Pública tem prazo em dobro e pode ainda apresentar contestação.
- (E) Sentença válida, pois o Município teve ciência informal da ação.

Questão 28

Durante reunião da Comissão de Administração Pública da Câmara de Vereadores de Seara, foi apresentado um requerimento de uma servidora efetiva, mãe de uma criança de cinco anos de idade, solicitando a redução de sua jornada de trabalho para acompanhar o filho em atividades escolares e cuidados básicos, sem prejuízo de sua remuneração. Não há, contudo, previsão expressa sobre esse direito na Lei Orgânica Municipal nem no Estatuto dos Servidores Públicos de Seara.

Diante disso, o Procurador Jurídico da Câmara foi provocado a emitir parecer sobre a possibilidade de aplicação imediata do pedido, com base apenas no texto da Constituição Federal de 1988, especialmente nos dispositivos que tratam da proteção à criança, da valorização da família e da dignidade da pessoa humana.

- (A) O direito à jornada reduzida para cuidar de filho menor está expressamente previsto na Constituição, sendo autoaplicável.
- (B) A servidora pode requerer judicialmente o benefício com base no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) A Constituição não garante tal direito, mas sim a Lei Orgânica do Município.
- (D) A redução de jornada depende exclusivamente de ato normativo do Poder Executivo local.
- (E) Tal redução depende de previsão legal específica, não sendo autoexecutável apenas com base na Constituição.

Questão 29

No decorrer da execução contratual dos serviços de limpeza urbana no Município de Seara, a empresa terceirizada, vencedora do certame licitatório realizado conforme a Lei nº 14.133/2021, suspendeu as atividades abruptamente, deixando de cumprir com as obrigações assumidas. Tal conduta causou transtornos à população, especialmente pela paralisação da coleta de resíduos em áreas centrais da cidade.

Diante da situação, o advogado do município foi chamado com urgência para orientar o setor de contratos e auxiliar na tomada de providências imediatas, diante da inexecução contratual.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Município poderá:

- (A) Considerar o contrato encerrado automaticamente.
- (B) Rescindir unilateralmente o contrato e aplicar sanções.
- (C) Substituir a empresa por outra sem formalidades.
- (D) Apenas aplicar multa.
- (E) Solicitar ao Tribunal de Contas que decida sobre a rescisão.

Questão 30

No contexto de uma audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Seara para discutir políticas de urbanização e inclusão territorial, um cidadão questionou a legitimidade de ações do Poder Executivo que, segundo ele, concentram investimentos apenas em obras de embelezamento e infraestrutura nos bairros centrais da cidade, deixando comunidades mais afastadas sem qualquer atenção. Diante da denúncia, o Advogado do Município foi chamado a emitir parecer técnico sobre a compatibilidade constitucional e legal desse tipo de política, especialmente à luz dos princípios orientadores da Lei Orgânica Municipal.

Com base no marco normativo local e no dever da Administração Pública de garantir desenvolvimento harmônico, é correto afirmar que a atuação administrativa da Prefeitura deve ser orientada pelo seguinte princípio:

- (A) Intervenção estatal apenas se houver denúncia formal de discriminação.
- (B) Atendimento preferencial aos distritos menos desenvolvidos.
- (C) Livre iniciativa municipal para decidir quais regiões serão favorecidas.
- (D) Desenvolvimento equilibrado, sem privilégio de distritos ou bairros.
- (E) Promoção prioritária das áreas centrais, por concentrar maior densidade populacional.

Questão 31

No decorrer de uma inspeção realizada por fiscais municipais na Praça Central de Seara, foi constatada a presença de uma barraca comercial montada sobre a calçada, em desacordo com as normas de uso do espaço público. O comerciante, ao ser notificado para desocupar o local, recusou-se, alegando possuir licença comercial regular para exercer suas atividades.

Diante do impasse, o advogado do Município foi chamado para esclarecer se, mesmo diante da licença, seria possível a remoção forçada da estrutura.

Com base no poder de polícia da Administração Pública, qual deve ser o fundamento jurídico correto para justificar a remoção?

- (A) O comerciante pode permanecer, pois a licença o autoriza a atuar em qualquer área pública.
- (B) O comerciante deve ser multado, mas não removido.
- (C) O poder de polícia permite restringir direitos individuais no interesse público, inclusive com remoção forçada.
- (D) A licença comercial garante uso irrestrito do solo, e a Prefeitura não pode impedir sua atividade.
- (E) Apenas com decisão judicial seria possível impedir a atividade comercial.

Questão 32

O setor jurídico, em acompanhamento de atividades rotineiras da Secretaria de Obras do Município de Seara, foi acionado após uma denúncia feita por moradores de um bairro residencial. Segundo o relato, um servidor da própria secretaria, durante a limpeza de valas e entulhos de poda urbana, determinou a queima dos resíduos vegetais em terreno baldio próximo às residências.

A justificativa apresentada pelo servidor foi de que a medida visava apenas dar celeridade ao serviço de limpeza, sem aparente prejuízo ao meio ambiente.

Considerando os limites legais da conduta e a aplicação da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), qual deve ser a orientação correta a ser emitida pelo

Advogado do Município quanto à legalidade do ato?

- (A) Não é crime, pois a finalidade era limpeza e não houve dolo.
- (B) A queima de resíduos vegetais é lícita, desde que fora da área urbana.
- (C) Somente é crime se houver dano ao patrimônio público.
- (D) É crime ambiental, ainda que não haja dano direto à fauna ou flora.
- (E) A responsabilidade penal recai apenas sobre o executor da queima, e não sobre quem autorizou.

Questão 33

Após longa demanda judicial movida por um servidor aposentado contra o Município de Seara, sobre diferenças salariais acumuladas ao longo de anos, foi proferida sentença condenatória transitada em julgado, fixando o valor da condenação em R\$ 75.000,00. Intimado para efetuar o pagamento, o advogado do Município manifestou-se nos autos, requerendo que a execução da quantia observasse os ritos previstos no Artigo 100 da Constituição Federal e no Código de Processo Civil, a depender da natureza do valor.

Diante disso, o juiz solicitou esclarecimentos adicionais sobre a forma legal de quitação da dívida pela Fazenda Pública.

Nos termos do Art. 100 da CF/88 e do CPC, o pagamento de valores pela Fazenda Pública:

- (A) Exige autorização legislativa específica.
- (B) É realizado por RPV ou precatório, conforme o valor.
- (C) Deve ser feito em até 30 dias da sentença.
- (D) Pode ser parcelado livremente.
- (E) Pode ser feito de forma imediata, a critério do juiz.

Questão 34

Em uma manhã chuvosa, um morador de Seara que se dirigia ao posto de saúde municipal escorregou e sofreu uma queda em razão de uma calçada esburacada e desnivelada em frente ao próprio prédio público. O acidente resultou em fratura no tornozelo e afastamento do trabalho, gerando despesas médicas e perdas salariais. Diante da situação, o munícipe ajuizou ação judicial contra o Município, pleiteando indenização por danos materiais e morais.

O caso chegou ao conhecimento da Procuradoria Jurídica da Câmara de Vereadores, que foi instada a emitir parecer técnico jurídico sobre a responsabilidade do Município, considerando a previsão constitucional e infraconstitucional.

Com base na responsabilidade civil do Estado prevista no Código Civil e na CF/88, a conduta do município deve ser:

- (A) Reconhecer a responsabilidade objetiva por omissão na conservação do bem público.

- (B) Alegar ausência de culpa, isentando-se do dever de indenizar.
- (C) Afirmar que a responsabilidade é do servidor que não fiscalizou.
- (D) Negar a responsabilidade, pois a calçada é responsabilidade do munícipe.
- (E) Exigir que o autor da ação prove a má-fé da Administração.

Questão 35

Em razão de sucessivas ausências injustificadas ao trabalho registradas pela chefia da Secretaria de Urbanismo de Seara, um servidor efetivo foi punido com suspensão de 30 dias, após regular apuração dos fatos. Inconformado, o servidor procurou a assessoria jurídica do sindicato, alegando que a penalidade seria desproporcional, pois não houve advertência prévia e ele não causou prejuízo direto à Administração.

Designado para emitir parecer jurídico sobre o caso, o Procurador do Município deve se basear nos princípios do Direito Administrativo Disciplinar e nas normas do Estatuto dos Servidores para avaliar a legalidade do ato.

Segundo esses fundamentos, é correto afirmar:

- (A) Apenas advertência é cabível.
- (B) A penalidade é nula por ausência de advertência prévia.
- (C) A suspensão por 30 dias não pode ser aplicada sem processo administrativo.
- (D) A pena deveria ser demissão direta.
- (E) A sanção está prevista e pode ser aplicada se precedida de processo legal.

Questão 36

Nos trâmites de preparação para um festival gastronômico de grande porte, a empresa Eventos e Shows LTDA protocolou pedido de autorização para a realização de comércio eventual na Praça Central de Seara, local público de grande circulação, onde seriam instaladas barracas e estruturas temporárias. O pedido, no entanto, foi apresentado faltando apenas 20 dias para o evento e sem a documentação exigida, o que levou a Administração Pública a indeferir o requerimento. A empresa, por sua vez, recorreu administrativamente, alegando que havia agido de boa-fé, que eventos similares já haviam sido autorizados e que o Município deveria ter concedido prazo para complementação dos documentos faltantes.

À luz do Código de Posturas do Município (Lei Complementar nº 76/2016), é correto afirmar que:

- (A) O indeferimento foi ilegal, pois não houve prazo para complementação da documentação.
- (B) A empresa deveria ter apresentado o requerimento completo com 60 dias de antecedência, sendo legal o indeferimento.

- (C) O Município está obrigado a autorizar o evento por se tratar de atividade econômica regular.
- (D) O pedido deveria ser considerado automaticamente deferido após o protocolo.
- (E) O Município tem discricionariedade para autorizar o evento, ainda que fora do prazo.

Questão 37

Durante a análise jurídica de uma minuta de contrato administrativo para prestação de serviços continuados no Município de Seara, o advogado responsável pela redação incluiu cláusula que previa multa contratual em caso de inadimplemento somente para a contratada, sem qualquer previsão de sanção à Administração em caso de descumprimento de suas obrigações contratuais.

Ao submeter a minuta à Procuradoria Jurídica para revisão, levantou-se questionamento quanto à validade da cláusula, à luz dos princípios contratuais aplicáveis às relações entre particulares e o Poder Público.

Com base nos princípios contratuais do Código Civil, essa cláusula é:

- (A) Legal, desde que prevista no edital.
- (B) Obrigatória em todos os contratos administrativos.
- (C) Legal, pois o Município pode impor obrigações mais rígidas.
- (D) Permitida, pois se trata de contrato com a Administração.
- (E) Nula, pois viola a função social do contrato e a boa-fé objetiva.

Questão 38

Em audiência realizada perante a Vara do Trabalho, um ex-servidor municipal de Seara, contratado por tempo determinado para exercer funções administrativas durante uma emergência sanitária, ajuizou reclamação trabalhista requerendo o reconhecimento de vínculo empregatício celetista, com alegação de desvio de função e ausência de direitos típicos do regime estatutário.

O advogado do Município, em sua defesa, apresentou o contrato firmado com base em lei municipal específica e defendeu a legalidade da contratação temporária, sustentando que se tratava de vínculo jurídico regido por normas de direito público, com base em necessidade excepcional de interesse público.

Considerando o entendimento pacificado do Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) Só é válida se for por concurso público.
- (B) Afasta a aplicação do regime celetista, se observadas as formalidades.
- (C) Gera vínculo empregatício por desvio de função.
- (D) É automaticamente nula.

- (E) Exige vínculo empregatício com a Administração Pública.

Questão 39

Durante reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Seara, os vereadores discutiram a ausência de envio, por parte do Prefeito, dos balancetes mensais referentes à execução orçamentária do último trimestre. Diante da situação, foi solicitado ao Procurador Jurídico da Casa Legislativa um parecer jurídico sobre a obrigatoriedade ou não do envio regular desses documentos, uma vez que o Chefe do Executivo alegava que "prestaria contas apenas anualmente, conforme seu critério de conveniência".

Com base no princípio da transparência, na separação de poderes e no dever de controle dos atos administrativos, a resposta correta é:

- (A) O envio depende de pedido formal da Câmara.
- (B) A prestação de contas é obrigatória, sob pena de responsabilidade.
- (C) A fiscalização é feita apenas pelo Tribunal de Contas.
- (D) O Prefeito tem discricionariedade para enviar ou não.
- (E) Apenas o contador da Prefeitura responde por omissão.

Questão 40

Durante reunião técnica da Comissão Municipal de Desenvolvimento Urbano, realizada com o objetivo de revisar o plano de zoneamento de Seara, a Procuradoria Jurídica foi instada a se manifestar sobre imóveis localizados na Zona Mista Central (ZMC) que, mesmo situados em áreas plenamente urbanizadas, com acesso a infraestrutura e serviços públicos, encontram-se há anos desocupados, sem edificação e sem uso compatível com a função social da propriedade urbana. A dúvida apresentada dizia respeito à legalidade de eventual notificação ou sanção ao proprietário diante dessa situação de subutilização prolongada.

Com base nas disposições do Plano Diretor (Lei Complementar nº 73/2016), é correto afirmar que:

- (A) A aplicação de sanções é vedada em qualquer hipótese, salvo para imóveis localizados em área rural.
- (B) O Município pode notificar o proprietário a promover o uso adequado do imóvel, sob pena de sanções previstas em lei específica.
- (C) A propriedade urbana é um direito absoluto e não pode sofrer interferência do Poder Público.
- (D) A utilização compulsória só se aplica a imóveis com débitos tributários inscritos em dívida ativa.
- (E) O Município só poderá intervir se o imóvel estiver em área de proteção ambiental.

RASCUNHO

1		6		11		16		21		26		31		36	
2		7		12		17		22		27		32		37	
3		8		13		18		23		28		33		38	
4		9		14		19		24		29		34		39	
5		10		15		20		25		30		35		40	



BOA PROVA!